

A experiência da Unidad Popular à luz dos marxismos: debates teóricos e políticos

João Pedro Rossi¹
Lays Correa da Silva²

Introdução

As efemérides são geralmente momentos em que os historiadores avaliam não só o passado, mas também as diversas perspectivas construídas sobre ele ao longo do tempo. Em 2020 se atingiu a marca dos 50 anos do início do governo da *Unidad Popular* (UP)³, a experiência, alcunhada de “via chilena ao socialismo” levou pela primeira vez um presidente socialista ao governo pela via eleitoral. Nessa ocasião, diversos eventos buscaram recuperar a história do governo de Salvador Allende ao mesmo tempo em que o Chile passava por um processo de contestação da estrutura política da Ditadura Militar que em 1973 interrompeu os projetos de uma geração que sonhou com a construção de um caminho democrático para o socialismo. Motivados por esse contexto, buscamos no presente artigo recuperar algumas interpretações sobre o governo da *Unidad Popular* de dentro do campo do marxismo. Seleccionamos principalmente análises feitas por aqueles que participaram de alguma forma da construção de um Chile socialista nos anos 1970. Trata-se de sociólogos, cientistas políticos e sociais, historiadores, que eram também militantes de partidos e organizações de esquerda. Nossa discussão bibliográfica traz questões vinculadas tanto à práxis política desses intelectuais nos anos 1970-1973 como à sua produção acadêmica.

Compreendemos que a existência de um “oceano bibliográfico”⁴ sobre o governo da UP, como aponta Frank Gaudichaud, nos impede de fazer uma apreensão mais geral dessas interpretações, devido às limitações do presente artigo fruto de pesquisas ainda iniciais nessa temática. Objetivamos, contudo, contribuir para uma melhor sistematização dessas interpretações dentro do marxismo, bem como recuperar textos e trabalhos importantes para pensar essa temática atualmente. Para isso, utilizamos as contribuições de pesquisadores como Luis Moulian, Sofia Correa Sutil, Ana Kallás e Júlio Pinto que têm sido importantes referências para a discussão sobre as interpretações sobre o governo da *Unidad Popular*.

De uma forma geral, a análise dos autores marxistas sobre a *Unidad Popular* aponta esse governo como um “momento pré-revolucionário”. Para eles, o governo

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS) (jpdoria97@gmail.com)

² Lays Corrêa da Silva- Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ (PPGHIS/UFRJ) com bolsa CAPES. (layscorrea.s@gmail.com)

³ A UP era formada pelo Partido Socialista Chileno (PS), Partido Comunista Chileno (PC), Partido Radical (PR), *Movimiento de Acción Popular Unificada* (MAPU), dentre outros grupamentos de menor expressão.

⁴ GAUDICHAUD, Frank. *A 50 años de la elección de Salvador Allende. Historiografía crítica y pistas de investigación para (re)pensar la Unidad Popular*. In: COSTA, Adriane Vidal; BORGES, Elisa de Campos (Orgs.). *Os 50 anos da Unidad Popular no Chile: um balanço historiográfico*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 15-40

Allende seria “*democrático avançado, porém prisioneiro de um legalismo burguês e a tática de uma revolução por etapas*”.⁵ No entanto, ainda que a primeira parte da frase seja relativamente consensual entre os autores, a crítica ao legalismo e à revolução por etapas não é unânime e representa um dos principais aspectos de discordância política e acadêmica entre os autores marxistas.

É importante destacar que há distinções entre as diversas correntes, tanto acadêmicas como políticas, internas ao campo marxista – como os gramscianos, os althusserianos, os trotskistas, dentre outras – e que essas diferenças vão influenciar diretamente suas análises sobre a *Unidad Popular*. Mesmo os autores que têm seus trabalhos centrados na práxis, como Carlos Altamirano, ex-secretário geral do Partido Socialista (PS), e Luís Corvalán, ex-secretário geral do Partido Comunista Chileno (PC), vão em muitos momentos perseguir caminhos distintos – como veremos mais adiante – ainda que estejam inseridos neste grupo epistemológico do marxismo clássico. Reconhecendo estas distinções trataremos os autores divididos em dois grandes perspectivas para a análise marxista: os antidualistas e os dualistas.

A primeira corresponderá a autores vinculados à tradição trotskista e à Teoria Marxista da Dependência que não enxergam a existência de elementos “atrasados” e “modernos” como pólos antagônicos, mas sim integrados. Em contrapartida, a segunda, enxerga a necessidade da superação dos elementos “atrasados” através do avanço revolucionário. Estas distinções estão também pautadas na luta política, enquanto os representantes do primeiro grupo eram mais próximos a organizações como o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR) e o PS e tinham como objetivo o aprofundamento do processo revolucionário encabeçado pela UP, os autores do segundo grupo eram mais próximos ao PC e viam a necessidade de alianças com setores da burguesia e pequena-burguesia para o desenvolvimento do processo por meio de etapas. Além dessas duas perspectivas dentro do marxismo, abordaremos autores que tiveram algum grau de influência da teoria marxista, como Gabriel Salazar e Tomás Moulian.

Marxismos: não dualismo, dualismo e a sensibilidade marxistas

Segundo León Trotsky, o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial não se apresenta de maneira igual em todos os países. Em sociedades coloniais ou semicoloniais estariam combinados elementos capitalistas como pré-capitalistas, ou seja, “modernos” e “atrasados”, respectivamente.⁶ Essa é a matriz do desenvolvimento desigual e combinado por ele teorizado e que teve eco nas propostas de autores como Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra ao tratar da existência de elementos do período colonial no capitalismo latino-americano, assim como outros autores de tradição trotskistas e/ou críticos ao processo de revolução em etapas que trataremos nesta seção como Luis Vitale, Joan Garcés e Carlos Altamirano.

⁵ Ibidem. p.21

⁶ DEMIER, Felipe A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Outubro*, nº 16, 2007. Disponível em; < <http://outubrorevista.com.br/a-lei-do-desenvolvimento-desigual-e-combinado-de-leon-trotsky-e-a-intelectualidade-brasileira/>>

Um dos autores marxistas mais preponderantes no Chile é Luis Vitale que realizou, nos tomos da *Interpretación Marxista de la historia de Chile*⁷, um esforço de propor abordagens dentro do materialismo histórico para diversos recortes cronológicos e, dentre eles, o governo da *Unidad Popular*. O autor utiliza a categoria de continuidade histórica com a presença da descontinuidade e o desenvolvimento desigual e combinado, e apresenta sua definição de capitalismo dependente como categoria analítica.⁸ Outro ponto importante para o autor são as relações de temporalidade. Como nos indica Vitale no tomo VII de sua obra, o governo Allende não pode ser analisado sem que se entendam os processos de ganhos sociais iniciados no governo de seu antecessor, Eduardo Frei do Partido Demócrata Cristão (DC). Dessa forma, o autor propõe uma análise da UP como uma experiência que só pode ser entendida se levarmos em consideração a história a média duração, incluindo o governo de Allende num contexto mais geral de avanços que marcaram esse período da história chilena⁹. O autor também rechaça a ideia do MIR, em particular, como responsável por desatar e promover a escalada da violência durante o governo Allende, reconhecendo na burguesia e nos interesses das classes dominantes as motivações do golpe contra o governo popular.

A questão da influência ou contribuição do MIR para o golpe de 1973 tem sido um importante ponto de discussão de autores marxistas sobre o governo da *Unidad Popular*. O MIR formado em 1965 se identificava como uma organização marxista-leninista, de forte influência trotskista, que propunha a “derrubada do sistema capitalista” por meio da luta armada e do antagonismo de classes.¹⁰ Após a vitória de Salvador Allende em 1970, o grupo passou a adotar uma postura de apoio crítico ao governo e a via chilena ao socialismo, chegando inclusive a contribuir com parte de seus militantes para a formação da guarda pessoal de Salvador Allende, o chamado Grupo de Amigos Pessoais (GAP). No entanto, as divergências quanto à condução do processo revolucionário entre militantes miristas e, em particular, comunistas geravam um desgaste na relação entre a UP e o MIR. Na visão do Partido Comunista e de setores do Partido Socialista, era necessário que se buscasse uma maior relação e aliança com a Democracia Cristã (DC) para que se avançasse em direção ao socialismo, enquanto para o MIR e demais setores do PS - assim como para organizações menores como o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU) - era necessária a construção do poder popular e a radicalização do processo em curso para o avanço ao socialismo. Dessa forma, as ações miristas e socialistas que visavam a aceleração da ruptura revolucionária eram vistas pelos comunistas e outros socialistas - como Salvador Allende - dentro de um movimento espontaneísta e sectário, o que muitas vezes seria tratado como contrarrevolucionário. Vitale aponta para essas disputas e diferentes visões do processo revolucionário em seu livro, deixando clara sua crítica à revolução por etapas:

⁷ VITALE, Luis. *Interpretación marxista de la historia de Chile* – Tomo VII. Santiago: LOM, 1998.

⁸ Idem p.4

⁹ Idem p.5-6

¹⁰ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA (MIR). Declaraciones de principios. In: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p.351-354

No existe ningún fundamento serio -a la luz de una aproximación a la verdad histórica- para acusar a Salvador de arrasar con el Estado burgués y el sistema capitalista, instaurando el Socialismo en el sentido riguroso del término; objetivos que, salvo el MIR, el FR y un sector del PS, nunca pretendieron aplicar los partidos de gobierno, especialmente el PC, que se limitaba a realizar la fase democrático-burguesa, según su concepción de la "revolución por etapas"¹¹

Importante ressaltar que Vitale reconhece equívocos de estratégia do governo popular e dos setores de esquerda, porém se distancia da ideia de um sistema democrático que poderia ter absorvido as reformas se não houvesse a polarização. Inclusive, o problema para ele repousa na natureza de classe do Estado e da institucionalidade:

La estrategia de la UP de utilizar la legalidad para consolidar el proceso actuó como un verdadero "boomerang", pues los partidos de la oposición se basaron en los mismos mecanismos de la legalidad, que ellos mismos crearon, para imponer paradójicamente una salida ilegal. Mientras la UP juraba fidelidad a la legalidad, el Partido Nacional y la Democracia Cristiana utilizaban el serrucho legal para atentar contra la Constitución y el gobierno elegido con la más amplia mayoría democrática de la historia chilena. Al mantenerse intacto el edificio de la institucionalidad creada por la clase dominante (Parlamento, Poder Judicial, Contraloría y Fuerzas), se dieron objetivamente las condiciones para el derrocamiento del gobierno de la Unidad Popular.¹²

Por ser um representante da linha trotskista dentro do marxismo e tendo sido militante mirista, Vitale acabou não sendo diretamente influenciado pelas análises stalinistas como, por exemplo, foi a análise de Hernán Ramírez Necochea, histórico dirigente do Partido Comunista.¹³ De acordo com o historiador marxista Miguel Fuentes, essa influência teria introduzido à escola historiográfica do marxismo análises estruturalistas e mecânico-economicistas sobre os processos históricos.¹⁴

Outro importante autor para a análise marxista, desta vez a partir da *práxis* revolucionária, é Joan Garcés. Tendo sido membro da equipe de governo de Salvador Allende e militante socialista, o cientista político espanhol aponta para algumas discussões muito importantes sobre as dimensões dos interesses de classe e dos problemas táticos do governo na resolução da crise que deflagrou o golpe de 11 de setembro de 1973. Reconhecendo uma natureza de classe na formação do Estado e o papel ativo da ofensiva burguesa na desestabilização do governo popular, o autor aponta para as contradições e equívocos táticos da disputa pelo Estado, ao mesmo tempo que defende a ocorrência de mudanças significativas no conteúdo de classe do Estado. Segundo ele, o papel que o regime institucional cumpre pode ser dividido em três: via de ascensão ao poder político de forças revolucionárias, legitimação da ação

¹¹ VITALE, op. cit. p.55

¹² Idem. p.55

¹³ FUENTES, Miguel. *Gabriel Salazar y la "nueva historia"*. Elementos para una polémica desde el marxismo clásico. Santiago; Ediciones Clase contra Clase, 2007. p.50

¹⁴ Ibidem, p.53

revolucionária e enquadramento do uso do poder político da classe trabalhadora.¹⁵ Ainda que reconhecendo estes aspectos positivos, Garcés identifica que este enquadramento acaba por criar limitações no desenvolvimento do processo revolucionário.

Ainda sobre o Estado, o cientista político identifica na experiência popular um processo de quebra do seu sentido de classe, ainda que se mantivesse a institucionalidade. Segundo ele se tratava de um período de “transição” no qual:

O caráter do Estado ainda está em fase de mutação, sem ter-se consolidado o predomínio social da aliança de classes formada em torno da classe operária, o movimento popular não só tem que conservar o governo em suas mãos, mas necessita algo mais: evitar a desintegração do aparato de Estado enquanto não conte com os meios necessários para substituí-lo por outro.¹⁶

E complementa:

No Chile o conflito com a maioria da pequena e média burguesia se produz antes de que a classe operária tenha conquistado e consolidado sua hegemonia social. De fato, deriva uma consequência decisiva: o bloco social da UP ainda não pôde mudar o aparato de Estado - em suas dimensões civis e militares - quando o enfrentamento social alcança níveis imediatos antagônicos.¹⁷

O entendimento de Garcés sobre o processo do governo Allende é muito similar ao que resumimos como eixo central da perspectiva do marxismo clássico, mas carrega consigo os elementos da sua atuação como membro do governo e como militante próximo a Allende, como por exemplo, a valorização da luta pela institucionalidade. Esse será um elemento de distinção com relação à perspectiva de dois outros importantes marxistas, Carlos Altamirano e Ruy Mauro Marini. No entanto, em diversos trechos de sua obra pudemos perceber que, ainda que Garcés acreditasse no desenvolvimento revolucionário pela via institucional, o objetivo central era o avanço de uma ocupação dos setores populares - de operários a pequenos proprietários¹⁸ - nos espaços políticos e um avanço na derrubada do Estado Burguês. Isto portanto, nos leva a crer, que o autor não enxergava a necessidade de uma revolução democrática-burguesa para o avanço do processo revolucionário. Este posicionamento do autor fica explícito ao tratar da necessidade de superar o estado burguês, em particular dos elementos institucional (o parlamento) e econômico, e a forma de fazê-lo:

Debemos, desde mi punto de vista, establecer una definición más clara y precisa del sentido de clase del Estado. Hoy más que nunca aparece como una necesidad inaplazable que los trabajadores lleguen a conquistar la integridad del poder del Estado. Es decir, se requiere el cambio del régimen institucional.

¹⁵ GARCÉS, Joan. *El Estado y los problemas tácticos en el gobierno Allende*. Espanha; Siglo Veintiuno, 1974. p. 131

¹⁶ GARCÉS, Joan. *Allende e as armas da política*. São Paulo: Scritta, 1993. p.107

¹⁷ Idem, p.109

¹⁸ Idem, p.35

[...] La segunda gran vía de solución a las dificultades actuales pasa por el incremento del control de los medios de producción por la clase trabajadora.¹⁹

Sendo assim, ainda que por caminhos distintos dos demais autores que trataremos nesta subseção, Garcés enxerga o aprofundamento do processo revolucionário e aumento da participação da classe trabalhadora no Estado como necessários para o desenvolvimento do socialismo no Chile.

Já a posição do então Secretário Geral do Partido Socialista, Carlos Altamirano em *Dialéctica de una derrota*²⁰ é tributária das formulações do partido no Congresso de Chillán, em 1967. Será neste congresso que o partido passará por um processo de radicalização e se reconhecerá como “marxista-leninista”.²¹ Essa mudança implicou o entendimento de que em algum momento da revolução socialista seria necessário o uso da violência para a ruptura com o Estado burguês. Ademais, outro elemento importante é a influência da Teoria Marxista da Dependência (TMD) em sua perspectiva. Altamirano destaca em um artigo publicado na *Revista Punto Final* que coexistiriam dois eixos na América Latina: o qual ele define como “una aparentemente civilizada”, composta por setores da oligarquia e da burguesia atrelados ao imperialismo “y otra sumida en lo oscuro mundo de los hombres sin derecho, a la libertad, a la justicia y a la felicidad humanas.”²² Portanto o caminho revolucionário não poderia ser nem “intermediário” ou “reformista”, devendo ser conduzido pelas forças políticas não comprometidas com as classes dominantes.²³

Altamirano apresenta em seu livro como a aglutinação dos esforços advindos da formação da Frente de Ação Popular (FRAP) na década de 1950 resultou na construção da *Unidad Popular*. O resultado destes processos conduziu Allende ao poder executivo com a estratégia da “via não-armada” que, segundo o socialista, acabou por criar nos grupos dirigentes uma falsa sensação de que o processo revolucionário se daria somente por este caminho. Outro elemento importante na análise de Altamirano é o papel desempenhado pelas lutas populares e pelo MIR durante o governo popular, reconhecendo que as lutas populares foram um elemento de suma importância para a sustentação do processo revolucionário:

El desarrollo de cierta conducta autónoma de las masas, fue tan inevitable en Chile, como lo ha sido sin excepción en todas las experiencias revolucionarias del mundo. Aquéllas se generan invariablemente cuando los órganos represivos del Estado se niegan a enfrentar la continua provocación burguesa. En tal encrucijada, difícilmente puede exigirse a las masas confianza en el Estado, instrumento global de la clase burguesa, y capacidad para entender que la “vía elegida” supone mantener la paz social y el respeto al ordenamiento

¹⁹ GARCÉS, *El Estado y los problemas*, op. cit. p.128

²⁰ ALTAMIRANO, Carlos. *Dialéctica de una derrota*: Chile 1970/1973. México: Siglo XXI, 1977.

²¹ ARAYA, Marcelo Casals. *El alba de una revolución*: La izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo” (1956 – 1970). Santiago; LOM, 2009 p. 171-176

²² ALTAMIRANO, Carlos. América Latina necesita su propia teoría revolucionaria. In: *Revista Punto Final*, n° 70, 1968. p.1

²³ Idem, p.6

jurídico vigente. Y en el caso hipotético de ser posible, los riesgos son considerables.²⁴

A partir deste trecho podemos observar uma visão sobre o papel das massas que está em consonância com a linha partidária da década de 1970 que não via necessidade de estabelecerem negociações em prol de um pacto social pelo centro democrático. Nesse sentido, ao abordar o papel do MIR na desestabilização do governo, o dirigente socialista, ainda que critique o posicionamento do grupo em diversos momentos, afirma que atribuir ao MIR esse papel seria uma diminuição da responsabilidade dos setores da burguesia e que deixa de reconhecer o papel da organização na luta revolucionária²⁵.

Os autores que vão seguir a linha da Teoria Marxista da Dependência são os brasileiros Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. Os dois eram militantes da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP)²⁶ e estiveram no Chile da Unidad Popular durante o exílio, tendo fortes vinculações com o MIR. Para os dependentistas o capitalismo na América Latina é integrado ao sistema de produção dos países imperialistas e, portanto, não existe uma burguesia nacional autônoma²⁷. Ao tratar sobre o Chile, enxergando uma divisão entre os caminhos para o processo revolucionário, Marini apontou que em setores da UP, em particular o Partido Comunista, existia uma perspectiva reformista do processo, enquanto o MIR buscava a construção de um bloco revolucionário:

Enquanto o PC estava decidido a alcançar uma aliança com os estratos médios da burguesia, apoiando-se, para tal, nos setores organizados do proletariado urbano e rural, o que correspondia a buscar uma forma de colaboração de classes, o MIR entendia que o bloco revolucionário, cujo centro seria o proletariado organizado, deveria incluir amplas massas proletárias e semiproletárias da cidade e do campo, assim como as camadas empobrecidas da pequena burguesia.²⁸

Esta crítica, como o próprio autor destaca, não significa tratar o PC como um instrumento político da burguesia, mas sim um partido revolucionário com uma concepção etapista. Entretanto, o autor destaca a necessidade do fortalecimento da luta de massas tanto na sustentação do governo, como para o avanço revolucionário. Segundo o autor: “*Sem menosprezar a importância de conter a ofensiva reacionária sobre o governo, é necessário, por essa mesma razão, preocupar-se com a determinação daqueles elementos específicos do movimento de massas que, pelo seu caráter duradouro, estão sujeitos a orientar a ação das forças revolucionárias*”.²⁹

²⁴ ALTAMIRANO, *Dialéctica, op.cit.* p.108

²⁵ Idem, p.114-116

²⁶ Uma organização revolucionária que era crítica à proposta de pactuação com setores da burguesia defendida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

²⁷ MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2017.60-63

²⁸ MARINI, Ruy Mauro. *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2019. p.41

²⁹ MARINI, *O reformismo, op. cit.* p.248

Dessa forma, em consonância com autores como Altamirano e Vitale, a luta de massas é um fator determinante para Marini na luta política e assume um papel central para o avanço revolucionário. A análise de Marini sobre o golpe de 1973 é de que a reversão da política de redistribuição de renda teve como efeito a unificação da burguesia e o antagonismo entre o povo, sendo responsável também por gerar um desânimo na classe trabalhadora.

Os escritos de Vânia Bambirra, ainda que sejam poucos, são importantes por incluir a questão das mulheres na análise do processo de lutas do governo da *Unidad Popular*. Em um artigo publicado na *Revista Punto Final* no ano de 1971, a autora faz uma crítica ao documento da Assembleia de Mulheres Comunistas³⁰, no qual as militantes enxergam a necessidade de incorporar as mulheres ao processo revolucionário, Bambirra afirma ser necessário incluir a questão das mulheres, porém com a clareza de pautas específicas que estas possuem. Segundo ela: “¿No tendrán las mujeres chilenas, en la etapa actual del proceso de cambios sociales, otros problemas específicos y relevantes, además de los que han sido planteados por esta Asamblea, que merezcan ser tratados por sus sectores de vanguardia?”³¹

Realizando um percurso pela trajetória das mulheres na história chilena, Bambirra concorda com as militantes comunistas sobre incorporação da mulher à luta política tendo como pilar incontornável a luta de classes, mas destaca as limitações de isso ser feito pela legalidade e instrumentos burgueses. A autora destaca a necessidade da mulher operária de ser mais revolucionária que o operário e defende a ruptura revolucionária:

En Chile, en donde no ha habido una verdadera revolución social, sino un proceso de cambios partiendo de la legalidad burguesa, la tendencia a la perduración de instituciones y valores de corte reaccionario es muy fuerte y sólo puede ser contrarrestada en la medida en que realmente éstos pasen a ser objeto de la preocupación y centro de actuación de los sectores más revolucionarios.³²

Procuramos demonstrar até aqui que entre os autores “não dualistas” existe uma defesa do avanço revolucionário pela luta e aliança popular - no qual o que mais se difere é Joan Garcés ao defender esse processo por meio da institucionalidade -, e da supressão do Estado burguês sem a necessidade de aliança com a burguesia. É importante ressaltar que apesar das críticas aos caminhos desenvolvidos pela UP, todos esses autores atribuem a principal responsabilidade do golpe aos setores reacionários chilenos.

Já a concepção dualista está marcada, como aponta Felipe Demier, nas formulações em particular sobre os países atrasados, desenvolvidas pela Internacional Comunista durante o período em que Josef Stalin esteve à frente do PCUS.³³ Essas propostas retiravam desses países o caráter socialista e, portanto, se faria necessária uma

³⁰ BAMBIRRA, Vania. *La mujer chilena en la transición al socialismo*. In: *Revista Punto Final*, n° 133, 1971. p.2

³¹ Idem, p.2

³² Idem, p.8

³³ DEMIER, op. cit. p.78-79

etapa de desenvolvimento democrático-burguês anterior a uma etapa revolucionária. Dessa forma, o desenvolvimento revolucionário se daria posterior a um desenvolvimento nacional. Esta linha que teve forte presença nos partidos comunistas latino-americanos é um elemento importante para compreender o posicionamento de militantes e dirigentes comunistas, neste caso no Chile, assim como suas produções acerca do governo Allende. No entanto, outro momento está relacionado com o posicionamento do PC chileno: o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

O XX Congresso do PCUS, realizado em 1956 ficou marcado pelas críticas à condução stalinista feitas por Nikita Kruschov e a defesa da "via pacífica" como caminho para a construção da revolução socialista. Como destaca Carine Dalmás, os partidos comunistas de maneira geral sofreram com esse impacto, mas para os comunistas chilenos essa situação gerou uma reavaliação do culto à personalidade e à imagem desenvolvido por Stálin, ainda que reconhecendo os méritos teóricos e políticos do dirigente.³⁴ Dessa forma, a linha adotada pelo Partido Comunista Chileno será fortemente influenciada por esse congresso e a linha ali definida - coexistência pacífica³⁵ -, referida anteriormente pela definição dada por Altamirano de "reformismo internacional". Segundo Arraya, as resoluções do X Congresso do PC chileno confirmam essa influência:

El X Congreso de ese año, bajo la influencia directa del XX Congreso de su homónimo soviético, dio el impulso teórico fundamental para tratar el tema de la burguesía y su papel en la "liberación nacional". En esta ocasión no se percibió a la burguesía como aliada del imperialismo, tal y como lo venía pregonando el socialismo chileno, sino más bien se identificaron como enemigos del cambio social a todos aquellos actores que respondiesen a los adjetivos de oligarcas, imperialistas y monopolistas.³⁶

Esse posicionamento será perceptível nas formulações do jornalista e Secretário Geral do Partido Comunista durante o governo Allende, Luis Corvalán. No documento *Unión de las fuerzas revolucionarias y antiimperialistas de América Latina*, publicado em 1967, Corvalán apresenta alguns dos elementos que nos permitem identificar essa busca por alianças fora das classes populares. Segundo ele, existem setores burgueses que estão em consonância com a luta anti-imperialista, como a burguesia nacional. Ele identifica que "*las fuerzas motrices de la revolución en América Latina son la clase obrera, los campesinos [en muchos países, en su mayoría indígenas], los estudiantes, las capas medias y algunos sectores de la burguesía nacional*".³⁷ Ainda sobre esse

³⁴ DALMÁS, Carine. O Partido Comunista do Chile e o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética: pela via pacífica e contra o "realismo socialista". *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº.11, 2011. p. 141-159

³⁵ ARRAYA, op. cit. p58

³⁶ Idem, p.55

³⁷ CORVALÁN, Luis. *Unión de las fuerzas revolucionarias y antiimperialistas de América Latina*. Santiago, 1969. p.11

ponto, Corvalán afirma que essa aliança pode ser importante para o avanço da luta contra esse inimigo em comum:

Va en interés de la causa revolucionaria ampliar y no restringir el frente antiimperialista, incorporar a él, en una u otra medida, a todos los sectores que están o pueden estar contra el enemigo común, incluida aquella gente que sin ser por ahora partidaria de la Revolución Cubana ni de ninguna revolución, está, sin embargo, por defender el derecho de Cuba a construir el socialismo y el derecho de todos los pueblos latinoamericanos a darse el régimen que quieran.³⁸

Outro ponto importante a se destacar é que o dirigente comunista afirma ter sido superada a ideia de etapa democrático-burguesa ainda em 1945. Entretanto, na formação da Frente de Acción Popular (FRAP), em 1957, o PC defendia a linha de “libertação nacional” para obrigar a “burguesia nacional” a cumprir seu papel histórico³⁹ A partir disso, também é possível observar críticas a setores revolucionários que partiam da tática da luta de massas e da ruptura com o Estado burguês.

Em seu livro *El gobierno de Salvador Allende*, defende a ideia de que o processo do golpe foi fomentado por setores da direita golpista, mas, também, das ações realizadas pelos setores “ultra esquerdistas” que tinham por objetivo “sabotar” a via chilena ao socialismo. Adiciona que esses fatos serviram como justificativa para os setores democráticos da DC recusarem o acordo com a UP, devido ao receio instaurado pela “desordem”. Deixando explícito que um dos motivos para a impossibilidade da construção da proposta foi a luta ideológica travada com os setores da “ultraesquerda” do “polo revolucionário”, responsáveis pela “anarquização” das massas e para a abertura de espaço para os inimigos do povo, o autor afirma:

La Unidad Popular fue incapaz de concretar esta posibilidad revolucionaria, lo que permitió al oportunismo de izquierda sabotear exitosamente su materialización y postular una pretendida "reagrupación de fuerzas en torno al polo revolucionario". La agudización del conflicto entre el ala proletaria de la UP (que fue incapaz de imponerse en la lucha ideológica y de masas) y la ultraizquierda, terminó por paralizar y disgregar la fuerza del pueblo. De otro lado, las presiones tendientes a concretar acuerdos sin una debida información y agitación en la masa, ayudaron eficazmente a anarquizar el movimiento popular y dividir su fortaleza, fue el terreno fértil sobre el cual iba a entrar a operar la embestida final de los enemigos del pueblo.⁴⁰

A crítica do ex-dirigente comunista se alicerça em uma manifestação da histórica discordância e sucessivas desavenças entre o PC e outros setores revolucionários, em particular o MIR. Outro ponto importante é que, para Corvalán, o momento histórico não correspondia a uma revolução socialista, mas a um processo que “*abría las compuertas al desarrollo de las fuerzas productivas, al incremento económico, a una mejor distribución de la renta nacional, al aumento del nivel de vida*

³⁸ Ibidem, p.8

³⁹ ALTAMIRANO, *Dialéctica, op.cit.* p.29

⁴⁰ CORVALÁN, Luis. *El gobierno de Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2003. p.322.

del pueblo, a elevar el nivel cultural de la población, a la justicia social, al progreso del país”.⁴¹ Dessa forma percebemos que a estratégia revolucionária correspondia a uma etapa prévia para o desenvolvimento de estruturas, em conjunto com a “burguesia nacional” dirigida pelas forças revolucionárias, para o avanço revolucionário.

Dessa forma, percebemos fortes distinções entre as táticas e interpretações sobre o governo popular entre os dois tipos de interpretação: enquanto os não-dualistas estão mais alinhados à luta de massas com a ruptura do Estado e correspondem a autores vinculados ao MIR e ao PS, os dualistas, estabelecem uma visão de um desenvolvimento revolucionário a partir de um momento de preparação para que se pudesse avançar em direção à ruptura do Estado e está mais relacionada aos autores oriundos do PC. Dentro desse aspecto, o papel da burguesia e a visão sobre as ações tanto do PC como de grupos tal qual o MIR são interpretadas de maneiras distintas por estes dois eixos interpretativos.

Sensibilidade Marxista

Existem ainda autores identificados pelo historiador Luis Moulián⁴² como sendo tributários de uma “sensibilidade marxista”. Estes se inserem em novas perspectivas e metodologias fora da tradição marxista, ainda que utilizem conceitos e categorias de análises do marxismo. É o caso, por exemplo, do historiador Gabriel Salazar, principal representante da *Nueva Historia Social Chilena*. Esta nova perspectiva, inspirada pela Nova História Social inglesa, representou uma expansão e um aprimoramento das análises sociais e econômicas propostas por marxistas, muitas vezes marcadas pelo estruturalismo e o economicismo mecânico⁴³, com o objetivo de construir o que Salazar denominou como sendo uma “ciência popular”. Partindo de análises que privilegiam os setores populares, o historiador foi responsável por abrir novos campos de estudo dentro do Chile, como a história da infância e juventude.

É importante destacar que Gabriel Salazar era militante do MIR na época do golpe e por isso foi preso e, posteriormente, mandado para o exílio no Reino Unido. Durante esse período, juntamente com Leonardo León Sólis, Salazar participou da fundação da Associação de Historiadores Chilenos no Reino Unido e da Revista *Nueva Historia*. A Revista se propunha a ser um espaço de encontro entre “*los de afuera*” e “*los de adentro*”⁴⁴, reunindo as iniciativas de renovação da historiografia chilena feitas a partir do exílio, mas também de dentro do Chile a partir de experiências que combinaram a preocupação teórica com a resistência à Ditadura Militar.

Sobre Salazar, Gaudichaud aponta para a existência da perspectiva gramsciana em sua obra *História contemporânea de Chile*⁴⁵, escrita em parceria com Julio Pinto, a

⁴¹ Ibidem, p.14

⁴² MOULIÁN, op. cit.

⁴³ FUENTES, Miguel. Gabriel Salazar y la “Nueva Historia”: elementos para una polémica desde el marxismo clásico. 2007. Trabalho de conclusão de curso (História), Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad de Chile, 2007.

⁴⁴ PINTO, op. cit. P. 81.

⁴⁵ SALAZAR, Gabriel. PINTO, Julio. História Contemporânea do Chile, volumes I a IV, Lom edições,

partir dos conceitos de classe política civil e classe política militar. Miguel Fuentes também reconhece nas obras de Salazar um rigor materialista nas análises sociais e econômicas.⁴⁶ Na obra supracitada é perceptível uma crítica às análises que submetem o social ao Estado. Outra crítica feita por Salazar é que essas perspectivas não compreendem o papel da luta de classes neste processo. A partir de uma análise de longa duração que entende o Estado, entre 1925 e 1973, como um mesmo modelo categorizado como Estado Liberal Democrático, o historiador vê na derrubada do governo Allende o desatar de uma crise financeira iniciada ainda na fundação deste Estado, assim como o interesse de classes na manutenção do poder dominante.

Ainda dentro dos autores vinculados ao grupo de “sensibilidade marxista”, Luis Moulián coloca seu irmão, o sociólogo Tomás Moulian como um desses que tiveram a influência do marxismo, ainda que tenham rompido com alguns aspectos do mesmo. Segundo Gaudichaud, há uma mudança de perspectiva entre as obras produzidas por Moulian em parceria com Manuel Garretón e suas formulações posteriores que seriam mais próximas ao marxismo. Os dois atuaram juntos dentro da FLACSO, instituição que nos anos da Ditadura Militar chilena abrigou muitos dos intelectuais perseguidos pelo regime. No momento da transição política chilena à democracia em 1990, enquanto Manuel Garretón se manteve próximo aos intelectuais da Concertación de Partidos por la Democracia, Tomás Moulian assumiu uma postura crítica a esse grupo, mantendo-se mais distante das negociações que marcaram a conjuntura da transição política chilena.

Moulian utiliza a chave do pessimismo para fazer uma releitura da história chilena. De acordo com o sociólogo, existe um “mito” em torno da democracia chilena que não permitiu que fossem desenvolvidas análises mais críticas sobre a sua história⁴⁷. Este mito estaria ancorado na ideia do Chile como o país mais democrático da América Latina devido ao sistema de alternância de governos que, durante muito tempo, impediu interferências autoritárias na vida política chilena. Entretanto, o governo da *Unidad Popular* expôs a contradição existente no Chile entre democracia e desenvolvimento econômico: a radicalização vivida nesses anos teria sido fruto da incapacidade política das classes dominantes em estar à frente de projetos modernizadores ou formar alianças reformadoras. Em seu livro *Chile Actual: a anatomia de un mito*, em particular no capítulo dedicado a analisar o período da UP, o sociólogo, fazendo uso de categorias do marxismo, realiza uma análise fortemente crítica ao desenvolvimento revolucionário feito pela UP que se arraigou em um discurso de “idealismo humanista”, devido a uma crença no mito da estabilidade democrática, sem que se construíssem meios para o avanço da proposta revolucionária:

La Unidad Popular sucumbió asfixiada por el acoso externo, las divisiones intestinas, los círculos viciosos sin solución. No tenía los medios para hacer la revolución que habían anunciado. Como la posibilidad de lo prometido se alejaba, compensa la distancia creciente entre la realidad y los deseos con

Santiago do Chile, 1999-2002.

⁴⁶ FUENTES, op. cit.

⁴⁷ MOULIAN, Tomás. Limitaciones de la transición a la democracia en Chile. *Proposiciones* 25, 1994, p. 25-33, p. 25.

declaraciones de fidelidades a sus utopías. Con ello, hizo cada vez menos posible la negociación que necesitaba.⁴⁸

Considerações Finais

Partindo de alguns caminhos já trilhados por outros autores, buscamos nesse artigo contribuir para um alargamento da discussão feita por autores marxistas sobre o governo da *Unidad Popular* evidenciando principalmente a relação do debate acadêmico com o debate e a práxis política dos autores analisados. Este trabalho não visa esgotar o debate sobre a historiografia sobre o governo Allende e o conflito de classes que alimentou o golpe de 1973, mas sim oferecer elementos para que esse debate permaneça se desenvolvendo.

Ainda assim, é importante destacar outras vertentes que também se debruçaram sobre a questão do governo da *Unidad Popular* fora do campo marxista. Os estudos da historiadora Veronica Valdivia Ortiz, por exemplo, principal representante do que ficou conhecido como “Nova História Política chilena” trazem importantes considerações que ajudam ainda mais a entender os anos de governo da *Unidad Popular*. De acordo com a própria historiadora, enquanto a Nova História Social se debruçava mais sobre o século XIX para entender as causas estruturais da ruptura produzida em 1970, foi a Nova História Política chilena que trouxe a História do Tempo Presente para o debate:

Fue desde la historia política que se comenzó a rescatar la “historia reciente”, fue bajo la mirada de la “Nueva Historia Política” que una nueva generación de historiadores jóvenes de los noventa y los 2000 comenzó a estudiar ese pasado-inconcluso. Mezclando tendencias historiográficas y métodos de las ciencias sociales, estos hacedores de historia política, social y cultural comenzaron a estudiar la historia de la izquierda, la derecha, la dictadura, a las víctimas de violaciones a los derechos humanos, el mundo indígena, reconstruyendo la historia y rescatando historias y subjetividades.⁴⁹

Veronica Valdivia destaca que a esquerda foi o ator político mais estudado, especialmente a esquerda armada. A discussão que fizemos aqui comprova isso. Ainda que inclua mais cientistas políticos e militantes do que historiadores, podemos perceber pela bibliografia analisada como durante muito tempo o principal ponto de discussão sobre o governo da *Unidad Popular* foi a atuação da própria esquerda, seus debates internos, e a construção do projeto da “via chilena ao socialismo” tendo em vista as divergências entre os militantes sobre os caminhos seguidos por Allende. Veronica Valdivia tem o grande mérito de ter sido uma das primeiras a se debruçar sobre a análise dos militares e das direitas, especialmente, o movimento gremialista, em sua obra “*Nacionales e Gremialistas: el ‘parto’ de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*”⁵⁰. Seus estudos nos mostram como para a direita existia uma urgência pela

⁴⁸ MOULIAN, Tomás. *Chile Actual: a anatomia de un mito*. Santiago: LOM, 1997, p. 167.

⁴⁹ PADRÓS, Enrique; RIBEIRO, Marcos. A herança da Unidad Popular e do Pinochetismo no Chile Atual - entrevista com Verónica Valdivia. *Espazo Plural*, vol. XIII, núm. 27, julio-diciembre, 2012, p. 246.

⁵⁰ VALDIVIA, Veronica. *Nacionales y gremialistas: el “parto” de la nueva derecha política chilena*

modificação do “Estado de compromisso” vigente no Chile até então, através de uma “*profunda reforma constitucional que alterara las atribuciones de los dos poderes estatales de origen soberano*”⁵¹. Com a eleição de Allende em 1970, a direita teria abandonado completamente qualquer tentativa de realizar essa mudança por vias democráticas, impulsionando o Partido Nacional, principal representante da direita nesse momento, a uma estratégia que passou por três fases durante o governo da Unidad Popular: “*una legal, entre septiembre y noviembre de 1970; una de preparación del vaciamiento del centro y de generación de movilizaciones de masas; y el perfeccionamiento de las condiciones para la consumación de un golpe de Estado*”⁵².

Ainda que nessa breve recuperação da história da experiência da UP essas temáticas tenham ficado de fora, buscamos nesse artigo apresentar um balanço bibliográfico para romper com as impressões dogmáticas e teleológicas do marxismo clássico, assim como apresentar alguns pontos de reflexão sobre o impacto das propostas da Nova História Social chilena, com suas influências internas e externas. As linhas interpretativas que foram aqui analisadas só são possíveis de serem compreendidas entendendo também o impacto pessoal que a experiência do governo de Salvador Allende representou para uma geração de militantes que puderem ver na prática suas teorias sendo testadas e tensionadas pelo debate político.

Artigo recebido em 31.8.2021

Aprovado em 14.10.2021

1964 - 1973. Santiago: LOM Ediciones, 2008.

⁵¹ IDEM, p. 214.

⁵² IDEM, p. 270.